

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

MERVAL PEREIRA — Editor Executivo

ROSENTAL CALMON ALVES — Editor Executivo

Mostrando as Cartas

As dificuldades políticas têm levado a julgamentos apressados da necessidade de reforçar setores da economia que respondem mais rápido (em termos de emprego e multiplicação de encomendas em várias outras áreas) à injeção de recursos fiscais. É uma operação de política econômica, e não manobra casuística. Não houve reedição do que se chamou no governo passado de troca de favores a que aludiu o deputado Roberto Cardoso Alves, quando assumiu a pasta da Indústria e do Comércio. A fórmula — é dando que se recebe — foi cunhada para aquela oportunidade.

As medidas de reativação da construção habitacional, de estradas, de saneamento e de telecomunicações não configuram mudança da linha mestra da política econômica. As liberações não estouraram o Orçamento. Não houve, nem haverá, emissões monetárias ou aumento do endividamento público, mas o sacrifício de uma área por outra, para reforço às indústrias de grande efeito multiplicador na economia.

Mais do que moeda de negociação política, a estratégia atual faz parte do receituário keynesiano de que compete ao próprio Estado tomar medidas contracíclicas quando verifica que o aperto (ou a frouxidão) das políticas monetária e fiscal foi além do desejado. O Ministério da Economia continua — tanto melhor — com absoluto controle da situação financeira.

Pode-se ponderar que a inflação mantém-se em nível indesejado (há dez meses oscila entre 20% e 25% ao mês, apesar do agravamento da recessão e do desemprego) e que seria conveniente afrouxar o cinto. Mas não se podem deixar de levar em conta as enormes dificuldades para baixar a inflação num país ainda preso aos vícios da indexação.

O ministro Marcílio Marques Moreira conseguiu instilar nos agentes econômicos a confiança de que não recorreria a pacotes ou mágicas econômicas, seguindo apenas a ortodoxia econômica. E, realmente, cumpriu a palavra. Isto ajudou, num primeiro momento, a segurar a inflação. Indexada, ela não cai, nem sobe. A estratégia seguinte de derrubar gradualmente a inflação esbarrou num obstáculo inesperado: a crise política gerada pela CPI do PC Farias.

O impasse político tem levado angústia aos agentes econômicos e à própria equipe ministerial. As negociações favoráveis no front externo deveriam ter empurrado mais a inflação para baixo, mas foram atropeladas em seus efeitos pela instabilidade política. Dependente de decisões políticas

fundamentais — como a reforma fiscal — a economia tem funcionado como uma âncora para o próprio governo, mas carece de fatos novos (principalmente políticos) para produzir novos efeitos.

Agosto não é por acaso um mês crucial na política brasileira: é o período em que começa o preparo da safra agrícola no Centro-Sul; o comércio projeta as suas encomendas à indústria para o final do ano, e a própria indústria ajusta a sua programação à demanda. Ou seja, a economia fica extremamente dependente das decisões do Executivo.

Os remanejamentos de verbas, desde que cumpridos o Orçamento e a disposição do ajuste fiscal (apesar dos percalços causados pela própria renitência da inflação no acordo com o FMI), podem ter várias interpretações — conforme o interesse do autor. Mas a realidade é que o governo decidiu desacelerar os Ciacs e investir mais em setores que podem dar resposta econômica e social mais rápida aos investimentos. Um pouco de dinheiro para sensibilizar áreas políticas que apóiam o governo também não irá alterar a programação econômica de ninguém.

A discussão atual na economia não se restringe a números, mas é essencialmente política. A crise afeta a própria capacidade de decisão do núcleo econômico. Os agentes econômicos compreendem a angústia do ministro Marcílio Marques Moreira (tanto que lhe renovam o apoio), mas aguardam do próprio ministro sinais mais claros das alternativas na hipótese — mais do que plausível — de que o projeto da reforma fiscal não seja devidamente discutido no Congresso por falta de clima político, ficando para ser debatido em 1993, no bojo da revisão constitucional.

Sem a colaboração do Legislativo e dos governadores no ajuste fiscal, e também do Judiciário, que protela decisões vitais, como a legalidade sobre a cobrança do Finsocial e contribui para incitar a insurreição fiscal do empresariado, o governo teria de se contentar com mais inflação ou recorrer a novas fontes de financiamento para os gastos públicos, como parece indicar o reajuste real coordenado das tarifas públicas. Será, no entanto, suficiente?

Os agentes econômicos não esperam coelhos da cartola ou o aparecimento de ases nas mangas ministeriais. Basta que o ministro Marcílio Marques Moreira mostre algumas das cartas que tem para jogar.